

# Brasília-DF



**DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)**  
deniserothenburg.df@dabr.com.br

## Fique mais um pouco

No governo, tem muita gente dizendo que é melhor o ministro da Defesa, José Mucio Monteiro, permanecer no governo, porque nem tudo está completamente em paz no meio militar. José Mucio tem o perfil exato para o cargo.

## O olhar fala

Ao cobrar dos ministros que consultem seus partidos sobre 2026 com um “não sabemos se vão querer estar conosco”, Lula olhou diretamente para os ministros do Transportes, Renan Filho, e Simone Tebet, do Planejamento, ambos do MDB. Simone, inclusive, foi candidata à Presidência em 2022.

## Ibaneis na contramão de Trump

Palestrante do Lide Brazil Economic Forum, em Zurique, na Suíça, evento paralelo ao Fórum Econômico Mundial de Davos, o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), falará hoje dos avanços do Brasil na transição energética. A partir de junho, por exemplo, Brasília receberá 90 ônibus elétricos para rodar no Plano Piloto. “Estamos com uma série de projetos sustentáveis para o futuro próximo. Brasília está na vanguarda da transição energética”, disse o governador à coluna. Bem diferente do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, interessado no petróleo.

## Efeito Sidônio

Já está no dia a dia do governo a diretora do novo ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência da República para que o governo compare a atual gestão Lula com a do antecessor Jair Bolsonaro. Não faltaram números e comparações com o mandato anterior, na cerimônia da assinatura de concessão da BR-381. Todos com discursos alinhados e diretos.

# A região sem primeiro escalão

Na reunião ministerial do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na última segunda-feira, um detalhe ajuda a explicar as dificuldades que ele tem no sul do país. Entre os 37 ministros não há sequer um gaúcho, um catarinense ou um paranaense. O único era Paulo Pimenta, da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, substituído este mês por Sidônio Palmeira. Em compensação, o Nordeste e São Paulo, berço do PT, dominam o governo.

Em tempo: muita gente acha que está na hora de Lula buscar um nome dos estados sulistas para ocupar o primeiro escalão e ter mais visibilidade na região. Afinal, se não o fizer, corre o risco de a oposição começar a dizer que o desprezo pelo sul é tão grande que, de 37 ministros, não tem nenhum de lá. E será mais um incêndio para o baiano Sidônio apagar.



## O “cara”

Lula elogiou tanto o ministro Fernando Haddad na reunião ministerial de segunda-feira, que muita gente saiu com a certeza de que se o presidente decidir não concorrer à reeleição, o nome de sua preferência é o titular da Fazenda. Só tem um probleminha: o PT e aliados não estão lá muito convencidos dessa opção. Haddad, que sempre foi leal a Lula e ao partido, está à disposição.

## CURTIDAS

Minervino Júnior/CB/D.A Press



**Por falar em preferência.../** A turma do ex-ministro José Dirceu não está muito convencida de que a melhor alternativa para Lula era Sidônio Palmeira (foto) na Secretaria de Comunicação da Presidência da República. Considera que se o governo errar na mão e exagerar no marketing, será tão prejudicial quanto não dar visibilidade aos programas sociais.

**Vem muito mais/** O presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias, Marco Aurélio Barcelos, avisou que 2025 será o ano do Brasil nessa seara, superando o ano passado. “Se achamos que 2024 foi o ano de concessões, e foi até agora, é porque não vivemos 2025”, advertiu.

**O agro leva a melhor/** As concessões de rodovias assinadas até agora, e as 15 que virão este ano, beneficiam o agronegócio brasileiro, melhorando estradas essenciais para o escoamento dos produtos agrícolas. Um exemplo: a rodovia que liga Rio Verde (GO) e Itumbiara (GO) ao Triângulo Mineiro, três das maiores produtoras do agro no país. E chega justamente nesse cenário em que o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), tenta alavancar sua pré-candidatura ao Planalto.

**Vamos lá/** A coluna acompanha, hoje, o evento do Lide/Veja, em Zurique. Confira no site do **Correio**.

## PODER

# PF quer direcionar ação a Dino

Para corporação, ministro tem familiaridade com casos semelhantes ao que está, hoje, com Nunes Marques. Barroso analisa pedido

» RENATO SOUZA

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, analisa um pedido da Polícia Federal (PF) para que o inquérito relacionado à Operação Overclean fique sob a relatoria de Flávio Dino. A corporação argumenta que o caso, hoje com Kássio Nunes Marques, deve mudar de mãos “por prevenção”, tendo em vista que o outro ministro é relator de outras ações que tratam de emendas parlamentares. Para os investigadores, Dino tem maior familiaridade com o tema.

A corporação tinha solicitado que o caso fosse prevento (ou seja, que o ministro fosse diretamente designado) a Dino. Porém, o pedido foi negado por Edson Fachin, que se reveza com Barroso na Presidência da Corte neste período de recesso do Judiciário.

O caso chegou às mãos de Nunes Marques por sorteio na Corte.

Barroso determinou que a Secretaria Judiciária do Supremo depois de o deputado federal Elmar Nascimento (União Brasil) — que tem foro privilegiado por prerrogativa de função — ser citado. As suspeitas é de que recursos de emendas parlamentares foram desviados para empresas e pessoas ligadas a prefeituras.

Os desvios ocorreriam por meio de superfaturamento de obras, lavagem de dinheiro e fraudes em licitações. Um dos órgãos atingidos pelos desvios, de acordo com as investigações, foi o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

Fellipe Sampaio /SCO/STF



Em um primeiro pedido, Fachin rejeitou argumentos para retirada da investigação das mãos de Nunes Marques

## TCU rejeita representação

O Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu, ontem, pelo não conhecimento de representação sobre possíveis irregularidades ocorridas na Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), relacionadas à publicidade institucional do governo Lula. Houve divergência com a área técnica.

O tema envolve três publicações no X (antigo Twitter), dos perfis oficiais do governo federal e da Secom, entre março de 2023 e janeiro de 2024. Um dos “posts” mencionados, datado de 29 de janeiro de 2024, apresenta uma imagem com as palavras “toc, toc, toc” — trata de uma visita de agentes comunitários de saúde e prevenção da dengue no país. Na manhã do mesmo dia, o vereador carioca Carlos Bolsonaro (PL) havia sido alvo de mandados de busca e apreensão pela Polícia Federal (PF).

O pedido ao TCU, feito pelo deputado federal Ubiratan Sanderson (PL-RS), alegou que publicações feitas pelo perfil oficial do Executivo teriam “finalidade de promoção pessoal e deboche contra adversários políticos”.

O relator do tema foi o ministro Bruno Dantas, ex-presidente do TCU. O encaminhamento feito pela Unidade de Auditoria Especializada em Governança e Inovação (AudGovernança) da Corte foi de conhecimento da representação. Dantas divergiu do encaminhamento proposto. Ele avaliou que as publicações não contêm menções diretas ou explícitas para concluir “intenção deliberada” de promoção pessoal ou de “deboche” contra adversários políticos.

# Haddad terá de explicar menção a rachadinha

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu um prazo de 15 dias para o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, se manifestar sobre uma queixa-crime apresentada pelo senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). Ele acusa Haddad de calúnia, injúria e difamação, após declarações feitas em 15 de janeiro sobre o suposto esquema de rachadinha envolvendo o parlamentar.

O ministro mencionou o episódio no anúncio da revogação, pela Receita Federal, da instrução normativa que ampliava o monitoramento sobre transações financeiras, incluindo o Pix.

## Na rede do Coaf

No começo de dezembro de 2018, um relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) havia apontado uma movimentação atípica de R\$ 1,2 milhão em uma conta no nome de Fabrício Queiroz, ex-assessor do então deputado estadual Flávio Bolsonaro. O parlamentar e outros 15 envolvidos foram denunciados em 2020 por crimes como peculato, lavagem de dinheiro e organização criminosa. No entanto, no ano seguinte, o Superior Tribunal de Justiça anulou as decisões do juiz de primeira instância que havia conduzido o caso. A defesa de Flávio alegou que o então deputado estadual tinha direito a foro privilegiado, o que invalidaria as decisões da 27ª Vara Criminal do Rio de Janeiro. O Tribunal de Justiça do Rio acolheu um pedido do Ministério Público para anular a denúncia.

Haddad classificou como “inescrupulosos” os opositores que espalharam a mentira de que o

Pix seria taxado e citou o caso das rachadinhas de Flávio Bolsonaro. “As rachadinhas do senador

Flávio foram combatidas porque a autoridade identificou uma movimentação absurda nas contas. Agora, Flávio está reclamando da Receita? Ele não pode reclamar da Receita. Ele foi pego pela Receita”, frisou Haddad.

## Abuso de poder

O senador anexou o vídeo das declarações do ministro na queixa enviada ao STF. Segundo ele, a Receita Federal foi utilizada de forma abusiva para perseguição política. O senador citou, ainda, o arquivamento de uma denúncia contra ele pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (RJ),

em 2020, para reforçar sua defesa.

Paralelamente, Flávio moveu uma ação na Justiça do Distrito Federal, também relacionada às declarações de Haddad, pedindo indenização de R\$ 60 mil por danos morais. O processo tramita no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), mas ainda não houve decisão.

O despacho de Mendonça estabelece que, ao término dos 15 dias para a resposta de Haddad, os autos serão enviados à Procuradoria-Geral da República (PGR) — que deve emitir um parecer antes de qualquer decisão do STF sobre a queixa-crime.